

ACERCA DA OCUPAÇÃO HUMANA DAS ILHAS PORTUGUESAS DO ATLÂNTICO

O estudo das ilhas portuguesas do Atlântico ⁽¹⁾ tem atraído particularmente os geógrafos da escola de Lisboa. Além de uma série de artigos e ensaios diversos ⁽²⁾, foram elaboradas sete monografias, referentes à Madeira (RIBEIRO, 1949), Fogo (RIBEIRO, 1954), São Miguel (BRITO, 1955), São Tomé (TENREIRO, 1961), Santiago (AMARAL, 1964), Corvo (MEDEIROS, 1967) e Graciosa (FERREIRA, 1968); destes trabalhos, o terceiro, o quarto e o quinto foram apresentados como teses de doutoramento e os dois últimos constituíram dissertações de licenciatura, posteriormente retomadas e revistas pelos seus autores.

A existência de todo este material torna possível e mesmo extremamente sedutora a construção de uma ampla síntese relativa a tão vasto e complexo conjunto insular (fig. 1 e 6). Em especial no campo da Geografia humana teria interesse verificar como se enraizou a velha civilização rural do ocidente da Península nestes pedaços de terra de origem vulcânica, desabitados e com condições climáticas tão diferentes: os Açores, na zona temperada, constantemente banhados pelas depressões que os *westerlies* arrastam; a Madeira, réplica insular da ambiência mediterrânea; Cabo Verde, no trópico seco, com chuvas concentradas, escassas e irregulares; São Tomé e Príncipe, na vizinhança do Equador. E verificar também como essa velha civilização rural se combinou com aquela ou aquelas que o tráfico de escravos deslocou da África negra, principalmente, para os dois grupos de ilhas mais meridionais.

Uma tal síntese foi já sugerida mais de uma vez por RIBEIRO (veja-se 1954, p. 14, e 1962, p. 162). Não terá chegado ainda a altura de me abalancar a tanto. Na presente notícia, em cujas dimensões aliás ela não cabe, procura-se apenas salientar o amplo esforço já realizado neste campo de «geografia insular»: recolhem-se algumas sugestões dos trabalhos indicados, com o fim de considerar comparativamente determinados aspectos da geografia humana dos vários arquipélagos; juntam-se-lhes os resultados de reflexões pessoais e da leitura de outra bibliografia referente ao assunto.

Os MÓBILES

O primeiro problema é a própria presença do homem nestas ilhas, ou melhor, o conjunto de motivações que lhe deu origem. A interro-

⁽¹⁾ Ficam de parte nesta notícia, como é óbvio, as ilhas costeiras, cuja ocupação humana se enquadra na dos continentes vizinhos; é o caso, por exemplo, das ilhas do litoral da Guiné Portuguesa.

⁽²⁾ Destes ensaios, os de RIBEIRO estão reunidos em volume (1962); a maior parte dos de TENREIRO refere-se a determinados aspectos da geografia de São Tomé (um deles trata também do Príncipe) ou tenta já uma primeira síntese dela, que apareceu depois muito ampliada na monografia que se menciona a seguir; vale a pena citar o último, que condensa e sintetiza perfeitamente a parte de geografia humana — «São Tomé: um exemplo de organização do espaço» *Colóquios sobre Problemas Humanos nas Regiões Tropicais*, Lisboa, 1961.

gação que ocorre não deixa de ter algum sentido geográfico: na resposta ficará contido o primeiro elo da cadeia que conduz à interpretação da paisagem humanizada; além disto, nela se terá de atender a aspectos da geografia das áreas de saída e de chegada de gente. Não admira, pois, que um geógrafo tenha sido já atraído pelo problema (RIBEIRO, 1962, principalmente pp. 83-86), até porque alguns historiadores têm apontado soluções contraditórias, fixando-se num único factor ou dando-lhe importância exagerada. Ora o que parece mais razoável é atendermos conjuntamente a uma série de aspectos muito diversos — e, neste

caso das ilhas do Atlântico, paradoxais também.

Antes de mais nada, será de aproveitar, com RIBEIRO, a fórmula simples indicada por um dos degredados da armada de Vasco da Gama, que este fez desembarcar em Calecut para o primeiro embate com terra e gente tão estranhas: *Vimos buscar Cristãos e especiarias* (1962, p. 69). Dois factores primordiais, portanto: o religioso e o económico. Mas como concebê-los relativamente

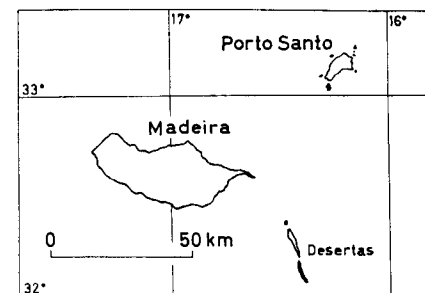


Fig. 1, A — Arquipélago da Madeira.

às ilhas? Vão-se cristianizar terras sem gente? Vai-se promover o aproveitamento económico de áreas acidentadas, cobertas de matas densíssimas, numa altura em que se não pode falar de pressão demográfica em Portugal⁽³⁾ e «a maior parte do País era uma charneca em pousio», susceptível, ela própria, de uma *colonização interna*?

Uma primeira aproximação poderá talvez tentar-se se atendermos a que uma das maneiras de encarar as ilhas terá sido como pontos de apoio, escalas proveitosas para que a expansão progredisse — e isto quer se tivesse ou não, logo de início, a ideia, sequer aproximada, de toda a amplitude que ela poderia tomar. Se estava presente o impulso religioso para o conjunto do movimento expansionista, ele aparece também na ocupação dos arquipélagos do Atlântico; de resto, por meio desta, ao alargar-se a Nação, alarga-se também, implicitamente, a fé.

Mas tal ocupação faz que no aspecto económico as ilhas interessem também directamente, em si próprias. Conhecem-se relativamente bem os modos de actuação que, para a promover, se empregaram. Eles decorrem do triplo imperativo quanto à obtenção de alimentos, vestuário e produtos de rendimento. Utilizam-se os magros recursos locais (pesca, madeiras, urzela); introduzem-se animais domésticos (entre os quais terão tido particular importância as ovelhas, que, além de alimento,

⁽³⁾ Segundo o numeramento de 1527, a população portuguesa oscilava entre 1 100 000 e 1 400 000 habitantes, o que dá uma densidade de 12 a 15 habitantes por quilómetro quadrado. Ver RIBEIRO, 1962, pp. 18 e 84; desta última é extraída a citação que vem a seguir.

forneciam lã), antes mesmo da chegada dos primeiros povoadores; principalmente, leva-se a cabo uma agricultura totalmente introduzida, ainda em função dos três vectores assinalados, sendo os principais produtos, respectivamente: trigo e legumes, depois milho (mas o primeiro, devido ao clima, não se pôde cultivar em Cabo Verde, nem em São Tomé e Príncipe, onde foram utilizados «milhos» africanos até à difusão do último); linho e algodão (este particularmente importante em Cabo Verde, constituindo aí produto de rendimento); açúcar, pastel

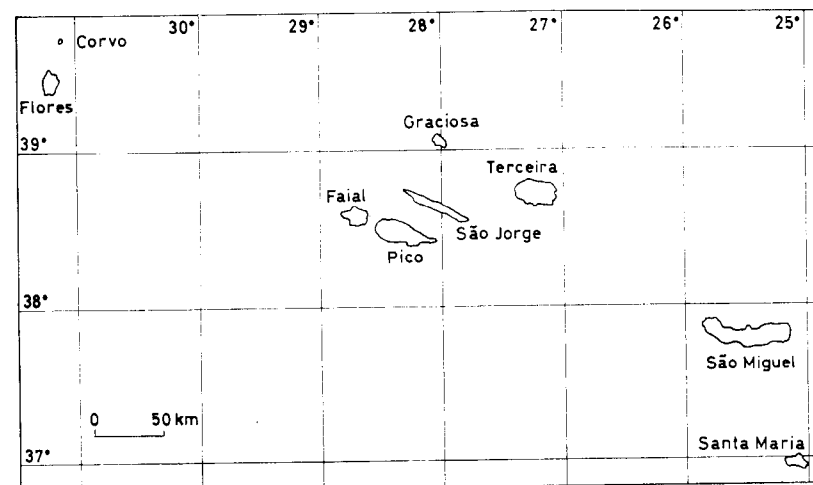


Fig. 1, B — Arquipélago dos Açores.

e vinho (mais importante o primeiro, apesar de introduzido em todos os arquipélagos, na Madeira e em São Tomé e Príncipe; o segundo nos Açores; o terceiro na Madeira, após a decadência do açúcar).

Desta série de produtos, parece que, como móbil inicial do povoamento insular, teremos de conceder lugar de relevo ao trigo. Com efeito, ultimamente alguns historiadores têm insistido na cultura de cereais como um dos primeiros propósitos, talvez o mais importante, da colonização das ilhas⁽⁴⁾. Esta ideia tem como base a carência de trigo no Reino, que numerosos documentos permitem definir. O primeiro deles remonta aos fins do século XIII (MARQUES, 1962, pp. 78 e 152); mas a falta de pão vai manifestar-se particularmente ao longo do século XIV, acentuando-se no reinado de D. Fernando e na crise dinástica que se seguiu. Daqui resultou a importação de trigo, por vezes considerável, proveniente da Inglaterra, França, Flandres e certas áreas da Península, como Andaluzia e mesmo Castela, em tempo de trégua (MARQUES, 1962, pp. 145-163). Neste contexto, e

⁽⁴⁾ Principalmente GODINHO; veja-se 1959 e 1962, onde se encontram condensadas as ideias do autor, algumas das quais já indicadas em trabalhos anteriores. O ponto de vista de GODINHO foi retomado e desenvolvido nalguns aspectos por MARQUES, 1962.

atendendo aos elevados rendimentos que as primeiras colheitas insulares proporcionaram ⁽⁵⁾, parece ficar justificado o móbil em causa, o qual, não obstante, continua a revestir-se de aspectos contraditórios: havia ainda no Reino vastas áreas incultas para arrotear e os ásperos declives e a densa vegetação das ilhas nada tinham de convidativo. Atendendo a isto, e para apresentar a questão de modo mais razoável,

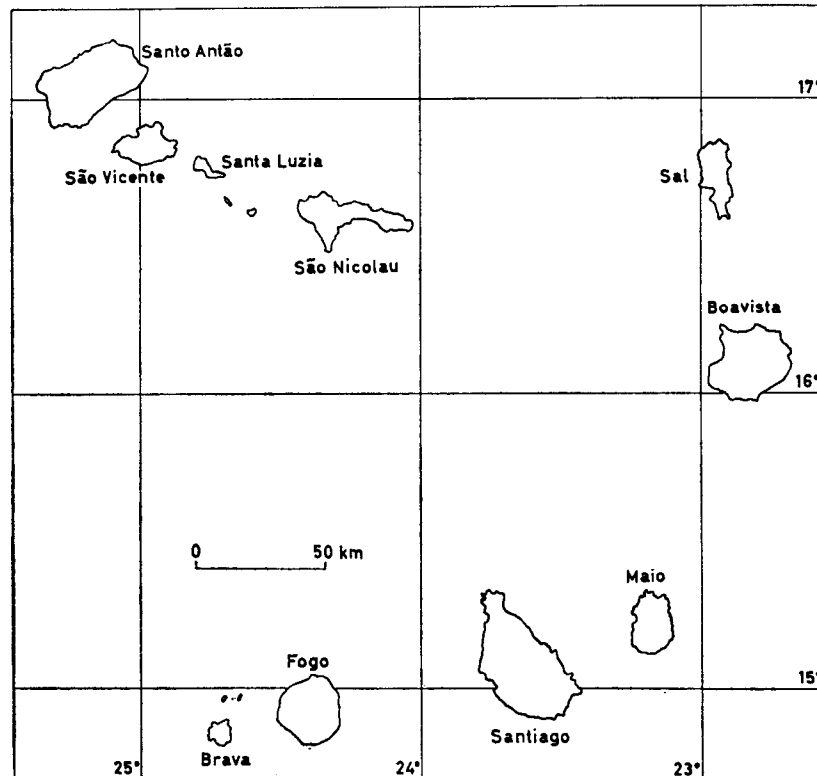


Fig. 1, C — Arquipélago de Cabo Verde.

deve talvez insistir-se em que o trigo terá sido introduzido, segundo o esquema de produções apresentado acima, com a simples finalidade de assegurar a subsistência dos primeiros habitantes; depois, como esta cultura se deu admiravelmente, ela terá sido impulsionada com vista à exportação, passando a constituir, assim, um dos motores do povoamento. Este raciocínio não se aplica às ilhas tropicais, onde, como ficou dito, razões climáticas impedem a cultura do trigo.

⁽⁵⁾ A acreditar em determinados testemunhos, os rendimentos iniciais terão sido da ordem dos 60 por 1; em meados do século xv assinalam-se 30 por 1 (MARQUES, 1962, p. 224). No continente, também no século xv, os valores mais elevados oscilariam entre 8 e 13 sementes (MARQUES, 1962, pp. 45-48).

Este cereal foi particularmente importante nos Açores, estando documentada a exportação para o Reino, o Norte de Africa e a Madeira. Nesta ilha, a partir de meados do século xv, o desenvolvimento da cana-de-açúcar originou a falta de pão; mas, antes disso, a produção cerealífera era considerável, tornando possível a exportação, e GODINHO pôde mesmo referir-se a um ciclo económico do pão anterior ao do açúcar ⁽⁶⁾.

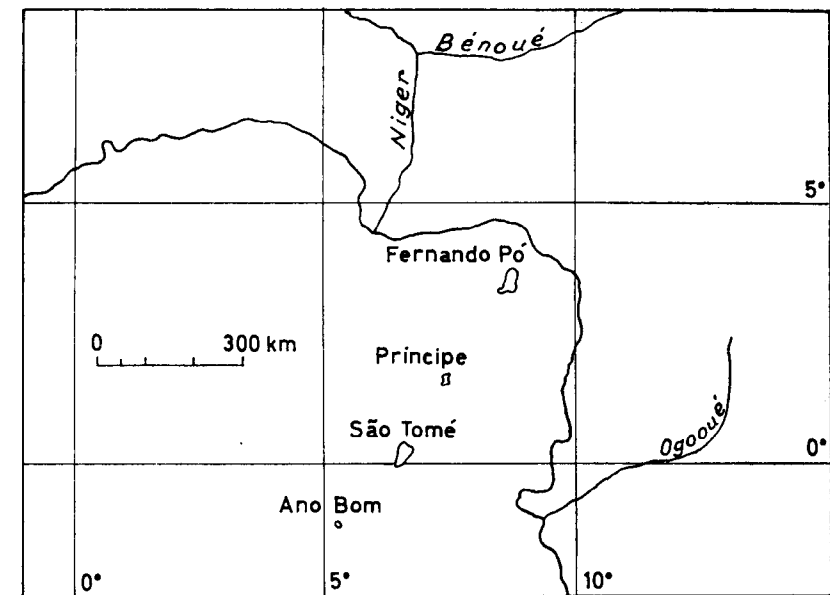


Fig. 1, D — Ilhas do Golfo da Guiné.

Em São Tomé um outro produto vai também impulsionar o povoamento: logo na carta de doação de 1485, estava ainda a ilha desabitada, se recomenda vivamente a cultura da cana-de-açúcar, que tão bons resultados estava dando na Madeira. Naquela ilha, tal cultura ganhou importância muito mais rápida e vincadamente do que em qualquer outra.

Ao quadro dos móveis referidos devem juntar-se outros, secundários: a influência de movimentos anteriores (a colonização do Sul, decorrente da Reconquista, e a de ilhas do Levante, empreendida por povos mediterrâneos, em especial Italianos) ⁽⁷⁾, talvez mesmo características próprias do povo português, «como que um desejo de se fixar

⁽⁶⁾ O autor precisa o significado desta expressão, empregada no sentido de predomínio acentuado do trigo e não no de monocultura, que nunca existiu; veja-se 1962, p. 168.

⁽⁷⁾ Na colonização das ilhas adoptaram-se métodos já ensaiados no Sul do País. Assim, a doação de terras a nobres (donatários) com poderes muito vastos nos campos administrativo, jurídico e económico (no Sul, estas doações fizeram-se também a ordens religiosas); assim também, as sesmarias, propriedades concedidas a colonos, com a obrigação de as ocuparem e valorizarem no

numa terra, por mais dura, por mais hostil, por mais difícil que seja [...], um gosto de navegar, de descobrir, de ocupar, mal explicado e que permanece uma das incógnitas da história do mundo...» (RIBEIRO, 1962, pp. 85 e 95).

Todos estes estímulos vão empurrando os Portugueses cada vez para mais longe, e assim vão sendo reconhecidos e povoados os vários grupos de ilhas — «o início da ocupação dos arquipélagos atlânticos parece poder seriar-se assim: Madeira, 1422; Açores, 1439; Cabo Verde, 1462; São Tomé, 1485» (RIBEIRO, 1962, p. 98). Nos dois primeiros foram as ilhas mais orientais (Porto Santo e Santa Maria, respectivamente), «pequenas, menos húmidas, inicialmente cobertas de bosques menos densos [...], por isso e por serem as primeiras na rota da navegação» (RIBEIRO, 1962, p. 163), as que primeiro receberam povoadores. Mas em breve as atenções se voltaram para as ilhas vizinhas da Madeira e de São Miguel, grandes e com muito maiores potencialidades. Na sequência do movimento, a evolução desenha-se ao invés: há a escolha prévia de uma ilha que apresente maiores possibilidades e é a partir dela que a ocupação humana irradia para as que estão próximo. RIBEIRO referiu-se ao povoamento do Fogo à *sombra* de Santiago (1954, p. 93); a mesma expressão foi retomada por TENREIRO para o Príncipe, em relação a São Tomé; por MEDEIROS para o Corvo, em relação às Flores; por FERREIRA para a Graciosa, em relação à Terceira. Foi, assim, um processo que várias vezes se repetiu.

No grupo central dos Açores não admira que tenha ganho a primazia a Terceira, ilha grande, por sinal a mais próxima das duas do oriental já ocupadas, e onde mais tarde se haveria de situar a própria capital do arquipélago; a do Pico, maior, apresenta certas limitações (em especial, redução da área agrícola, por via de erupções recentes). No grupo ocidental, os esforços dirigiram-se para as Flores e só a partir desta ilha foi depois povoada a do Corvo, tão pequena que alguns dos que primeiro escreveram sobre ela lhe chamaram mesmo ilhéu. Em Cabo Verde, a escolha de Santiago para ponto de partida do povoamento justifica-se também inteiramente, pois esta ilha, «no conjunto, avanta-se às demais: numa posição não marginal, com bons ancoradouros abrigados dos ventos predominantes, um relevo dissecado, que lhe permite ter vales largos e *achadas* extensas, a maior dimensão entre todas» (AMARAL, 1964, p. 15). Já a predominância de São Tomé no conjunto das ilhas do golfo da Guiné levanta alguns problemas. «Compreende-se que a ilha de Ano Bom, pela pequenez como pelas condições naturais, fosse abandonada e admite-se também que, entre São Tomé e o Príncipe, aquela, pelas suas dimensões e apresentação do relevo, exercesse maior atracção. Mas Fernando Pó, cerca de duas

prazo de alguns anos, previamente fixado. Sobre este assunto, pode ver-se VERLINDEN, 1960. Quanto à influência do outro movimento apontado, ela revela-se sobretudo através do emprego, como instrumento de fixação, de um produto que os Portugueses utilizarão também em larga escala: o açúcar (VERLINDEN, 1954). Contudo, apesar destas analogias, a expansão portuguesa apresenta-se essencialmente diferente, na medida em que leva ao contacto com terras e gentes totalmente estranhas e exige, portanto, modos de actuação originais.

vezes e meia maior que São Tomé, que os descobridores apelidaram de Formosa, certamente maravilhados com a imponência das suas formas, a beleza das baías e vigor das florestas, porque teria sido abandonada pelos Portugueses [...]?» (*) (TENREIRO, 1961, p. 57.) Um conjunto de factores ajuda a compreender esta aparente anomalia: a situação da ilha quanto aos ventos e correntes marítimas principais, que a tornavam óptima escala para a navegação; o facto de ser despovoada, ao contrário de Fernando Pó, o que facilitou a sua ocupação segundo moldes já afinados nos arquipélagos setentrionais; e ainda características do seu relevo, movimentado e caprichoso, é certo, mas com uma ampla plataforma a nordeste, por onde ficava facilitada a penetração na ilha (TENREIRO, 1961, pp. 57-59).

A civilização portuguesa foi-se assim deslocando para ilhas cada vez mais distantes, de modo geral colocadas em latitudes cada vez mais baixas. Desta deslocação decorrem três problemas importantes, que examinaremos pela seguinte ordem: muitos traços da ocupação humana das ilhas poderão filiar-se e encontrar a sua explicação em aspectos da geografia humana do continente português; apesar de um fundo idêntico de civilização, as características físicas, mais precisamente climáticas, vão condicionar profundas diferenças entre os quatro grupos de ilhas; ao mesmo tempo, aquele fundo e a natureza insular comum destas terras explicam algumas significativas analogias entre elas.

PROBLEMAS DE FILIAÇÃO

Estes problemas foram debatidos nas sete monografias que citei acima, bem como nos ensaios de RIBEIRO. Uns com mais desenvolvimento, outros com menos, todos os autores referidos se deixaram seduzir pelo tema. Fundamentalmente, a questão suscitada poderá esquematizar-se assim: se vieram do continente os fermentos da geografia humana das ilhas, através desta poderá indagar-se para que região ou regiões se deverão dirigir as linhas de filiação, quais destas se revelaram mais vigorosas, em que medida tal influência regional variou ao longo do tempo.

Em princípio, a questão poderia resolver-se de modo indubitável a partir de uma investigação histórica cuidadosa: mas verifica-se quase sempre grande carência de fontes documentais, que emparelha com o desinteresse dos historiadores pelo tema.

Uma outra via de abordar o problema seria a etnográfica. Neste campo há ainda escasso número de trabalhos. Entre eles é devida uma referência muito especial ao de DIAS (1953), que, apesar de constituir simples achega baseada em investigação demasiado rápida, insuficiente, segundo o próprio autor, para traçar um quadro completo de con-

(*) A ilha de Ano Bom tem apenas 17 km² de superfície e é, além disto, «pelada», bastante menos húmida que as outras; a do Príncipe tem um relevo mais impenetrável que São Tomé. À ocupação desta última seguiu-se a do Príncipe, em 1502, a de Ano Bom, em 1503, e, finalmente, a de Fernando Pó, muito depois (de modo eficaz só a partir de 1778).

junto, é muito rico de sugestões e apresenta, com toda a clareza, a orientação metodológica a adoptar.

Fixemo-nos no âmbito da Geografia humana. A interpretação de RIBEIRO (veja-se 1962, principalmente o primeiro ensaio, pp. 13-32) poderá exprimir-se nos seguintes termos. O movimento emigratório que se dirigiu para as ilhas teve inicialmente origem no Algarve, onde o Infante tinha estabelecido a sua residência, donde partiram as primeiras viagens de reconhecimento, onde se tinha ensaiado a cultura de algumas plantas de feição tropical, que viriam a constituir seguros esteios da colonização (muito em especial a cana-de-açúcar, que, segundo alguns testemunhos, já se cultivava nesta província antes mesmo da conquista portuguesa, embora sempre escassamente). Assim, do Sul se dirigiu gente para o Porto Santo e a Madeira, para as primeiras ilhas açorianas ocupadas (Santa Maria e São Miguel), ainda mesmo para Cabo Verde. Depois vai-se deslocando progressivamente para norte a área principal de saída de gente; «a partir do século XVI [...] foi principalmente o Norte que começou a pesar nos contingentes fornecidos à expansão» (RIBEIRO, 1962, p. 25). Esta evolução compreende-se se atendermos a que o Noroeste tem sido sempre a área mais povoada da Península; compreende-se ainda melhor se tomarmos em conta o papel desempenhado pelo milho, cereal que a expansão ibérica encontrou na América e que o retalho ocidental do Velho Mundo tão rapidamente aceitou e incluiu no seu património agrário. Com efeito, «...foi o milho que, tendo-se introduzido na região mais húmida e mais chuvosa de Portugal, permitiu o incremento da população do Noroeste: arredando o receio da fome, assegurando-lhe a possibilidade de se multiplicar, na certeza de, com um cereal regado, cujo rendimento é muito superior ao dos cereais de sequeiro, ela ter sempre que comer. Foi essa população que cresceu, que se desenvolveu e que, emitindo vagas sucessivas de emigrantes, apagou, ou pelo menos relegou para lugar secundário, aqueles primeiros traços da vida rural do Algarve, que nós encontramos marcando hoje principalmente os lugares por onde começou a expansão portuguesa» (RIBEIRO, 1962, pp. 31-32).

Estes lugares já se indicaram acima. Porto Santo e Santa Maria, ilhas pequenas e de recursos limitados, depois da vaga inicial, não conseguiram atrair emigrantes, quando a região de partida destes era já outra. Mas na Madeira e em São Miguel, a primitiva influência algarvia diluiu-se pelo choque com vagas de outra proveniência; assim se explica que, no seu trabalho que citei acima, DIAS tenha encontrado principalmente influências do Noroeste. As duas primeiras ilhas referidas devem juntar-se as de Cabo Verde, igualmente limitadas nos seus recursos por condicionalismo climático e incapazes de atrair mais gente depois das levas iniciais de povoamento. Isto levou D. Afonso V, em 1466, quatro anos depois de se ter iniciado o povoamento de Santiago, a conceder aos seus moradores amplos privilégios, tendo em vista, porventura, incrementar a vinda de gente: os habitantes poderiam comerciar livremente na costa africana, salvo em Arguim, e ficavam isentos de imposto pela colocação dos seus produtos no Reino. Em

breve ganhou importância considerável o comércio de escravos, que na ilha encontrou sólido entreposto. Em São Tomé, a ocupação humana começou mais tarde, quando cessara já, provavelmente, a corrente de emigração do Sul; por outro lado, o contributo negro foi aqui e no Príncipe muito mais importante do que nas outras ilhas. Também aos povoadores de São Tomé, ao mesmo tempo que se recomendava a cultura da cana, davam-se liberdades de comércio na costa da África, para facilitar a obtenção de escravos, necessários àquela. Aliás, com a decadência do açúcar, a partir dos fins do século XVI, o tráfico de escravos ficou a constituir, durante duas centúrias, a principal riqueza da ilha.

Esta interpretação conhece uma confirmação significativa por parte de um instrumento muito simples de moenda, o moinho de mão ou mó de braço, usado um pouco por todo o País, mas principalmente no Algarve, onde hoje «não representa apenas uma sobrevivência, porque continua a ser, na maior parte das aldeias e das casas rurais, um instrumento de emprego quotidiano» (RIBEIRO, 1962, p. 23). Ora este instrumento é referido nas doações relativas à Madeira, aos Açores e a Cabo Verde; nestes três arquipélagos ele chegou até aos nossos dias, «mas já não se encontra em São Tomé e não existe também no Brasil» (RIBEIRO, 1962, p. 23). Na fisionomia das ilhas açorianas encontra também RIBEIRO um apoio, porventura mais sólido e sem dúvida mais sugestivo, para a concepção indicada. É Santa Maria, com a sua feição algarvia, as complicadas chaminés das casas rurais, os povoados dispersos, tão diferentes da disposição linear da maioria das outras ilhas; é São Miguel, onde esta disposição faz lembrar a Estremadura, onde há outros traços do Centro, onde certos aspectos da casa rural reproduzem os do Alentejo (sirva de exemplo a pesada e ampla chaminé, que tanto contrasta com a da ilha vizinha); são as outras ilhas, onde, avançando para oeste, acaba por ganhar o predomínio uma casa de andar, semelhante à do Norte, onde o povoamento extremamente cerrado do Corvo (caso único nos Açores) faz lembrar o das montanhas que separam o Minho e Trás-os-Montes.

É esta uma hipótese sedutora e bem fundamentada; construída, em larga parte, sobre os alicerces que proporciona a observação das paisagens humanizadas, que é como quem diz a própria Geografia humana, ela mostra bem como se enlaçam perfeitamente aquele ramo do saber e a História, exemplo eloquente de como importa a esta o «conhecimento dos lugares», pela «luz que a vida actual projecta nas obscuridades do passado» (RIBEIRO, 1962, p. 159). Não vale a pena insistir aqui nos seus méritos, no interesse que ela poderá ter — e tem tido já, aliás — na interpretação da geografia humana destas ilhas... Pareceu-me que neste lugar seria mais proveitoso reflectir um pouco sobre o modo como ela deverá ser aplicada na investigação e, a partir daqui, procurar concluir que não a podemos aceitar com uma rigidez contrária ao próprio espírito da Geografia humana.

Assim, por exemplo, quando se considera a casa rural, importará separar os aspectos *funcionais* e outros *acessórios* que não se relacionem directamente com as funções e cuja presença, me parece, poderá cons-

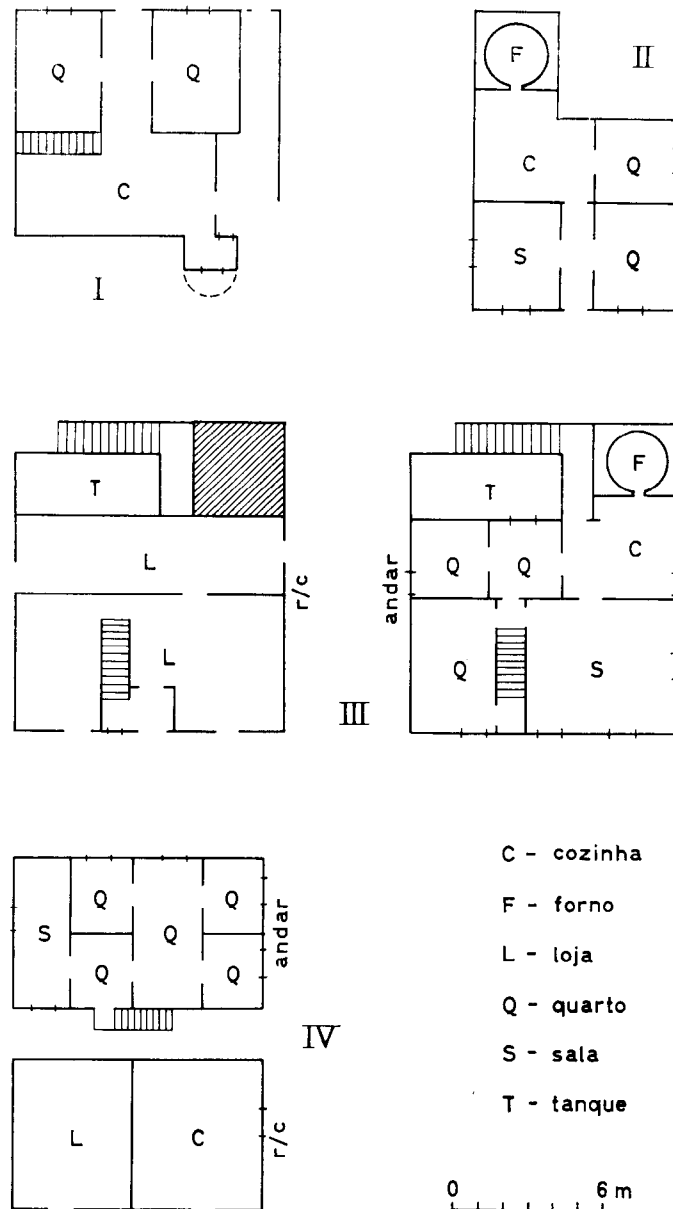


Fig. 2 — Plantas de casas rurais açorianas (segundo R. S. DE BRITO, 1955; A. DE BRUM FERREIRA, 1968; C. A. MEDEIROS, 1967).

I — São Miguel; II — casa de um só piso na Graciosa;
 III — casa de «alto e baixo» na Graciosa; IV — Corvo.

tituir o mais seguro critério de filiação. Tomemos como exemplo a casa rural açoriana e a variação já referida que ela apresenta de leste para oeste (fig. 2). A casa de andar, com os baixos reservados para o gado, corresponde essencialmente a uma função relacionada com determinadas características: camponeses que possuem gado de trabalho e explorações relativamente pequenas, terras onde a criação de gado graúdo é importante e a propriedade está de tal modo dividida que os instrumentos (gado incluído) e as colheitas da exploração se guardam debaixo do mesmo tecto que abriga os homens. Ora estas condições não existem nas ilhas açorianas mais orientais: não existem em Santa Maria, uma das ilhas mais secas, onde a criação de gado graúdo foi sempre limitada por deficiência de pastos; não existem em São Miguel, ilha de propriedade pouco dividida, onde o «lavrador», o homem que possui gado, não é, por via de regra, agricultor, de modo que este, quase sempre rendeiro pouco abonado, vê-se obrigado a estabelecer contratos com aquele para obter gado de trabalho quando tem maior necessidade (BRITO, 1955, pp. 142-145). Até que ponto terão pesado estas condições na fisionomia das casas rurais, em relação à presumível filiação destas? Aqui entram em causa os aspectos acessórios, por exemplo um que ficou já referido acima: a forma da chaminé, tão diferente nas duas ilhas, e a que BRITO (1955, pp. 185-187) e NEVES (1959, pp. 48-49) (*) se referiram.

Em relação a outras ilhas açorianas já mencionadas, também se levantam algumas dúvidas.

Na Graciosa encontrou FERREIRA casas de andar e térreas: as primeiras «lembram na sua forma e funções, as casas de transição entre o Norte e o Sul do continente» (1968, p. 220); as segundas aparentam-se com as habitações humildes do Sul. Mas as primeiras são também, quase sempre, as casas dos camponeses de mais posses, por vezes emigrantes retornados, «recebendo apreciáveis quantidades de produtos da terra e dispondo de dinheiro suficiente» (1968, p. 220); por seu lado, as segundas são de gente mais pobre e, embora não se desenvolvam em altura, acabam por exigir frequentemente construções anexas. Poderemos explicar os dois tipos de casa a partir de exigências específicas de dois estratos sociais diferentes? Estaremos em presença de ilha que tenha recebido povoadores de duas proveniências distintas? Talvez se possa responder afirmativamente às duas questões e atender a ambas na interpretação do problema.

No Corvo, ao contrário da Graciosa, a casa rural obedece fundamentalmente a um esquema único, que revela a mais flagrante analogia com o do Norte; mas, embora seja este porventura o caso mais indubitável de filiação, dois aspectos discordantes nos aparecem: por um lado, a cozinha situa-se no rés-do-chão; por outro, ainda nos princípios

(*) Esta tese de licenciatura é um trabalho com muito interesse; pena é que o seu autor, um dos nossos mais dedicados valores do ensino liceal de Geografia, se tenha contentado com um contributo para estudo geográfico, não se ahalançando a uma monografia, que estava perfeitamente ao alcance do seu talento.

do século XVIII um autor nos assinala a inexistência na ilha de casas com andar. Contudo, o primeiro pormenor não é de tal modo significativo que exclua a filiação provável (não poderíamos esperar uma identidade absoluta) e o autor em causa (P.^o ANTÓNIO CORDEIRO) não é credor de absoluta confiança (ver MEDEIROS, 1967, pp. 214-218).

Como se vê, o problema é complexo e seria errado tentar resolvê-lo de forma rígida e esquemática, até porque, por vezes, está documentado — e isto complica-o ainda mais — o facto de parte dos primeiros povoadores de certas ilhas virem de outras já ocupadas.

Nos arquipélagos tropicais, e, como se disse já, mais em São Tomé e Príncipe do que em Cabo Verde, o contributo de gente africana no povoamento foi muito importante. Por via disto, resulta mais ténue a influência da civilização portuguesa, que se combina aqui com elementos estranhos a ela. Nestas condições, torna-se mais difícil estabelecer as linhas de filiação da casa rural em modelos existentes na metrópole. Seja como for, as monografias relativas ao Fogo e a São Tomé fornecem-nos elementos que se coadunam perfeitamente com o princípio de interpretação indicado acima. No Fogo, determinadas habitações «filiam-se no estilo de arquitectura das vilas e cidades pequenas de Portugal, com algumas modificações que representam um feliz ajustamento às condições do clima local [...]. As habitações humildes têm também em Portugal os seus paradigmas [...]; a ausência de andar, de escada interior, de alpendre ou varanda, mostram uma filiação na casa humilde do Sul de Portugal, estando totalmente ausentes os tipos de habitação correntes no Norte» (RIBEIRO, 1954, pp. 154-155). Sobre a casa rural do nativo de São Tomé escreveu assim TENREIRO: «pela estrutura da casa, com loja e sobrado, varanda com alpendre e escada exterior, pela sua função — casa de camponeses —, pela vida feita essencialmente ao ar livre, a casa típica de São Tomé faz lembrar, em muito, a casa rural do interior norte de Portugal. A reforçar esta ideia, temos, ao longo das principais estradas do nordeste, os portõezinhos de madeira das pequenas roças de nativos, com alpendre, que recordam, na sua singeleza, a entrada de modestas quintas portuguesas. Não faltam mesmo, nos minúsculos terreiros, os 'pombais', a dar a sua nota tão caracteristicamente portuguesa» (1961, p. 126). As observações feitas pelos dois autores são absolutamente pertinentes: camponeses pobres, vivendo em condições semelhantemente precárias, adoptaram tipos de casa diferentes, com um e dois pisos, respectivamente. E, em ambas as citações, vamos encontrar a menção dos pormenores acessórios que me parecem tão significativos.

Se em relação à filiação da casa rural algumas dúvidas e alguns problemas se levantam, aquelas e estes terão ainda mais razão de ser quanto ao tipo de povoamento. Limitemo-nos ao caso dos Açores. Neste arquipélago domina um povoamento misto, *linear*, que BRITO chama linear-aglomerado em São Miguel e disperso-orientado nas ilhas do grupo central (1955, p. 24). Não deixa de ser curioso assinalar, para arredar qualquer ideia de filiação vazada em moldes mais esquemáticos, que nas duas ilhas ocidentais, as últimas a serem povoadas,

com idêntico substrato humano (pois o Corvo foi povoado à *sombra* das Flores), vamos encontrar os maiores contrastes: nesta, povoamento disperso, naquela, uma aglomeração cerrada em extremo, verdadeiramente a única aldeia açoriana. Noutra lugar (1967) procurei mostrar como esta última fisionomia deverá estar ligada ao facto de ser única a povoação, em ilha tão pequena e com vida de relação tão minguada, para mais sujeita a frequentes ataques de piratas; daqui uma sensação de isolamento, semelhante, afinal (e com os mesmos reflexos na paisagem), à dos habitantes de muitas aldeias de montanha (o problema, em cuja discussão são invocados outros aspectos, está tratado a pp. 220-223). Santa Maria é a outra ilha de povoamento disperso, além das Flores. Aqui, a primeira área a ser ocupada foi a ocidental, de relevo bastante aplanado. Constituíram-se propriedades relativamente grandes e a princípio o povoamento não seria tão disperso como hoje. Posteriormente foi povoada a parte oriental da ilha, mais acidentada; fez-se o aforamento em pequenos lotes e o foreiro «construía a sua casa junto da propriedade que arroteava [...]. Portanto na parte oriental de Santa Maria, o regimen de propriedade juntamente com o acidentado do relevo, com a maior pluviosidade e fertilidade, condicionaram desde o começo o 'habitat' disperso. Para ocidente da cadeia montanhosa era mais elevado o número de trabalhadores não proprietários, que por este facto levavam uma vida difícil, vendo-se na obrigação de emigrarem [...]. Esses emigrantes regressaram endinheirados e depararam com os velhos morgados cheios de dívidas e hipotecas por maus anos agrícolas, pelo que lhes compraram as terras e em seguida construíram as suas moradas nas propriedades recém-adquiridas, o que veio contribuir para uma maior dispersão do 'habitat' [...]. Daqui se infere que se na parte leste da ilha a dispersão como forma de povoamento se efectivou desde o início, na restante parte é um fenómeno mais recente» (NEVES, 1959, pp. 50-51).

Todas estas observações ajudarão a compreender melhor a hipótese de RIBEIRO referida acima; indicá-la simplesmente pareceu-me que daria ao leitor mais desprevenido uma ideia de simplicidade, de esquematismo, que a interpretação em Geografia humana raras vezes assume. Neste ramo do saber, e releve-se-me que insista no tema, a aplicação de um princípio de interpretação, de uma «teoria», exige uma subtilidade muito maior do que, por exemplo, em relação à Geografia física. Não há dúvida de que tudo o que respeita ao homem está tocado pela *contingência*... Isto não é razão para que se abandonem esquemas teóricos de interpretação, desde que, como é o caso, sólidamente fundamentados: mas é razão — e razão de sobra — para que haja todas as cautelas ao aplicá-los.

Seja como for, modificados por contactos posteriores, influências físicas ou humanas, foram os elementos da civilização rural portuguesa que se deslocaram para as ilhas. E vamos encontrá-los ainda hoje, mais nítidos nos dois arquipélagos setentrionais, mas presentes por toda a parte, até mesmo nas ilhas próximas do Equador.

Na Madeira e nas ilhas açorianas, designadamente em São Miguel, destas a de agricultura mais rica e variada, há uma vida rural que se enquadra perfeitamente nos paradigmas do velho mundo mediterrâneo. «O parcelamento das propriedades e mais ainda o das explorações, o emprego como único material agrícola da enxada e do antigo arado, a importância das culturas delicadas e a sua sucessão ininterrupta sobre um mesmo solo seguindo rotações complicadas, 'a justaposição e mesmo a sobreposição das culturas sobre um mesmo terreno que pode ser juntamente um campo, um jardim botânico, um prado e um pomar': eis aí outros tantos traços que aparentam esta agricultura da Madeira a uma jardinagem de tipo mediterrâneo.» (PAPY, 1951, p. 174.) «O Micaense pôde tirar partido da sua ilha por um labor que lembra os aspectos mais intensivos da agricultura mediterrânea [...]. O carácter intensivo da agricultura marca-se de diversas maneiras: rendimentos elevados (milho, em média 2900 kg por ha); extensão das culturas de estufa (ananás) ou de jardins (*hortas*); culturas misturadas (milho-vinha; por vezes juntamente: milho, vinha, feijão, abóbora, batata-doce, inhame); enormes trabalhos de ordenamento: muros de basalto, com 4 m de altura, nos arredores de Ponta Delgada, abrigam do vento as laranjeiras; se não há verdadeiros socalcos — nunca o permitiria a rocha *in situ* muito perto da superfície —, os camponeses organizaram entretanto degraus declivosos, separados por pequenos muros de pedra; imensos desempedramentos limpam as terras próximas do mar, procuradas pela sua exposição melhor do que na montanha...» (GOUROU, 1958-b, p. 369.)

Em Cabo Verde e São Tomé avultam determinados aspectos que foram deslocados da África negra⁽¹⁰⁾; mas com eles se combinam ainda traços mediterrâneos que é difícil conceber como se conseguiram enraizar em tão baixas latitudes. Sobre o Fogo, escreveu RIBEIRO: «a paisagem agrária [...] está muito mais próxima de um 'campo' mediterrâneo do que das lavouras extensivas praticadas pelos negros nos 'matos' da Guiné. A fixidez do terreno de cultura, a maneira de o armar, a regularidade dos socalcos, os muros e sebes alinhadas, a separação entre 'padjigal' e 'montado' (11), as culturas intensivas à roda das povoações, a combinação da árvore com o campo, encontram em Portugal os seus paradigmas. Foram sem dúvida os colonos brancos que trouxeram, na bagagem das suas tradições, o quadro do arranjo

(10) «Levados para todos os arquipélagos, deles (negros) não há hoje mais do que ténues vestígios nas ilhas da Madeira e nos Açores, ao contrário do que acontece em Cabo Verde e em São Tomé.» (TENREIRO, 1956, p. 9) Nesta última, como se disse já, a influência negra é muito maior. Em Cabo Verde há um enlace de elementos de duas origens e assim «se experimentaram e cruzaram influências, se caldeou um novo tipo humano, um novo tipo de mentalidade e até de linguagem: o *crioulo*, nascido da fusão harmoniosa do Branco com os escravos negros. Por toda a parte ainda são bem nítidos os traços originais desses cruzamentos: o pilão africano e a mó de pedra metropolitana; o *batuque* tipicamente africano, muitas vezes acompanhado com ferrinhos de Portugal; o *banco de ouri*, que toda a gente joga; as culturas de subsistência, com base no milho introduzido do Brasil, exploradas por métodos africanos, mas em campos cuja armação recorda os da metrópole...» (AMARAL, 1964, p. 19.)

(11) «Padjigal» é o conjunto da terra cultivada e «montado» o terreno inculto.

da terra: as culturas novas, como tantas vezes sucede, longe de o determinarem, tiveram de conformar-se com ele» (1954, p. 120). Em São Tomé é menor esta influência europeia: «se a casa nativa, nos seus traços exteriores, parece ser de influência europeia, o mesmo já se não pode arriscar quanto ao arranjo do campo. Na armação em canteiros, na existência de uma verdadeira horta, muitas vezes regada e estrumada e onde se cultivam produtos introduzidos pelo Português, há, sem sombra de dúvida, a transplantação de um estilo europeu assimilado pelo africano; mas, na importância que o mato tem para a subsistência, no ar emaranhado e promíscuo das plantações, há um estilo africano de viver» (TENREIRO, 1961, p. 132).

OS CONTRASTES

Sendo embora inspirada em paradigmas de uma mesma civilização, a ocupação humana de ilhas tão diferentes, quanto ao clima, tinha por força de apresentar grandes contrastes. Eles exprimem-se largamente no modo como está ordenada a paisagem rural.

BRITO definiu para os Açores quatro unidades de ocupação do solo: o cerrado, a pastagem, a mata e os incultos ou mato. Estes elementos estão escalonados em altitude. Fundamentalmente, temos as culturas nos cerrados até 350-450 m, um andar silvo-pastoril até 800 m e acima matos espontâneos. No entanto, as matas podem descer e interromper, assim, a faixa das culturas. Nestas, até 100-150 m vamos encontrar uma policultura muito rica, com duas ou mais espécies sobrepostas no mesmo terreno, conforme foi já citado acima. Subindo mais, o milho alcança o domínio, tornando-se quase exclusivo. Começa a aparecer o chamado milho basto (para forragens) e acabamos por passar para o andar dos pastos ou pastagens⁽¹²⁾ e matas. A paisagem revela assim uma separação entre duas actividades: a agricultura e a criação de gado. Como consequência, «a topografia das ilhas condicionou de certo modo a vida rural, favorecendo ora a agricultura, ora a criação de gado» (FERREIRA, 1968, p. 116). Dois casos extremos se podem apresentar neste condicionamento: «A ilha de São Jorge, que carece de terras baixas, tem uma reduzida superfície agrícola, enquanto os prados ocupam cerca de 80 p. 100 da área total. Na ilha Graciosa, com altitudes sempre inferiores a 400 m, dá-se precisamente o contrário. Dir-se-ia que lhe falta o andar silvo-pastoril. E se os pastos e baldios no conjunto atingem 25 p. 100 da área total da ilha, devem-no às terras mais altas serem muito devastadas pelo vento e terem solos delgados e declivosos, condições impróprias para a agricultura e de modo nenhum privilegiadas para a criação de gado.» (FERREIRA, 1968, p. 116.) E mais adiante, concretizando o que se passa nesta última ilha, escreve o autor: «Devido às fracas altitudes, não se encontra na ilha Graciosa o esquema dos andares de cultura estabelecido para a

(12) BRITO propôs a primeira designação para prados naturais, a segunda para prados melhorados ou inteiramente sementeados (1955, p. 79).

ilha de São Miguel. O relevo intervém na paisagem agrária apenas na medida em que introduz variações de declive, que influenciam a espessura dos solos, e de exposição, que tornam as culturas mais ou menos vulneráveis aos ventos. A paisagem agrária reflecte principalmente a natureza do solo.» (P. 122.)

Tem interesse comparar, desde já, este dispositivo açoriano com o de Cabo Verde. Para tal, a figura 3 parece-me suficientemente esclarecedora, até porque as duas ilhas representadas, não obstante a disparidade das suas dimensões, obedecem ao mesmo esquema morfológico: um cone vulcânico encimado por uma caldeira. A oposição de rumos dos ventos predominantes conduz a uma diferença que implica certos retoques quanto aos andares da paisagem rural: no Corvo, a erosão marinha, activada pelos *westerlies*, destruiu todo o flanco ocidental do cone; no Fogo foi o lado leste o mais atingido, dado o predomínio dos ventos gerais. Verifica-se que em Cabo Verde a paisagem exprime, de modo contrário ao dos Açores, a oposição entre a terra cultivada e os pastos, uma vez que o andar das culturas só começa a partir de determinada altitude. Dada a posição das ilhas dos Açores, quase todo o ano atravessadas por frentes depressionárias que arrastam consigo massas de ar húmido, compreende-se que as maiores altitudes estejam constantemente envoltas por nevoeiros e nuvens e que aí os valores da humidade relativa sejam consideráveis: nestas condições, as áreas mais altas constituem o domínio dos pastos, aliás de excelente qualidade, mesmo quando não melhorados. Pelo contrário, Cabo Verde situa-se numa vasta zona de aridez, que corresponde à faixa subtropical de altas pressões. Assim, só subindo um tanto em altitude há um mínimo de humidade e chuvas que possibilitem as culturas. Estas, no entanto, descem mais para norte, por vezes quase até ao nível do mar, devido à influência dos ventos gerais, que sopram de nordeste e trazem consigo alguma humidade.

Com base nisto, TEIXEIRA e BARBOSA (1958, pp. 54-55) distinguem nestas ilhas «zonas» ⁽¹³⁾ húmidas, sub-húmidas, semiáridas e áridas. Esquemáticamente, podemos considerar duas áreas húmidas e outra sub-húmida, a partir dos 300 m ou pouco menos no Norte, dos 500 m ou pouco mais no Sul. Nas áreas mais húmidas fazem-se certas culturas mais exigentes, mesmo em regime de sequeiro (cana-de-açúcar, bananeira, cafézeiro); nas sub-húmidas, aparecendo também nas semiáridas, passam a predominar culturas de subsistência, em primeiro lugar o milho, associado a diversas variedades de feijão, depois a mandioca. Nas menores altitudes temos primeiro uma área árida, com pastos de má qualidade, seguindo-se uma outra semiárida; nas maiores, acima dos 1000 m ou 1200 m, existe uma área árida a sub-húmida, com pastos ou determinadas culturas (batata, batata-doce, rícino), consoante as condições. Este esquema é aplicável a todas as ilhas; mas nas de relevo mais gasto e erodido e com maior tonalidade de aridez faltam

⁽¹³⁾ Prefiro as designações «áreas» ou «andares», dado que *zona* deveria ter na literatura geográfica um significado específico e totalmente diferente: grande faixa demarcada no sentido dos paralelos, atendendo a causas planetárias e que apresente afinidades climáticas.

as áreas húmidas e sub-húmidas e as de altitude (Santa Luzia, Sal, Boavista e Maio).

Fica assim perfeitamente definida a oposição que assinala entre os Açores e Cabo Verde. Nas ilhas do primeiro arquipélago, a partir de determinada altitude, a humidade é muito elevada e a ocupação do solo marca-se por pastos ou pastagens, de tão excelente qualidade que na pecuária se poderá encontrar a mais sólida base económica; nas do segundo, os pastos existem nas áreas mais secas, as mais baixas (nas ilhas acidentadas também as de maiores altitudes): estas forragens são mediocres e em nenhuma ilha a criação de gado é actividade muito importante ⁽¹⁴⁾.

Apesar deste contraste, Açores e Cabo Verde podem opor-se, em bloco, à ilha da Madeira, já que nesta não há a separação nítida entre área agrícola e área de pastos: a criação de gado integra-se no âmbito da agricultura, de que constitui uma das bases, juntamente com a rega e a armação da terra em socalcos (*poios*); as vacas vivem estabuladas e, retomando uma expressão de RIBEIRO, são autênticas máquinas de fornecer leite e estrume. Nos Açores são outras as bases da agricultura: a sideração ⁽¹⁵⁾ e o uso, em muito menores quantidades, de estrume, o que é compensado pelo maior emprego de adubos químicos e traduz uma maior autonomia da pecuária, agravada em São Miguel, onde a estrumação é muito mais restrita, por certos aspectos sociais a que já anteriormente se fez alusão. Enquanto na Madeira tudo se rega, nos Açores esta técnica, por desnecessária, é desconhecida, salvo pequena área em São Miguel (mas, a generalizar-se a rega, talvez se obtivessem aumentos importantes nos rendimentos das espécies cultivadas); em Cabo Verde, dado o condicionamento climático existente, as áreas regadas, embora exiguas, são particularmente significativas e estão presentes em todas as ilhas, excepto no Fogo e em Santa Luzia.

A ilha da Madeira é a que nos mostra maior variedade de espécies cultivadas. Nota-se aqui um escalonamento com a altitude (fig. 4), que, se não é absolutamente rígido, nos permite em todo o caso distinguir um andar baixo de espécies tropicais (bananeira, cana-de-açúcar, anona, papaia, manga, maracujá), a que se segue um outro mediterrâneo (figueira, nespereira, agrumes, vinha — esta desce até ao nível do mar) e o dos cereais (milho, trigo, centeio, cevada), aparecendo juntamente, nos vales altos, árvores de fruto da Europa média (cerejeira, macieira, ameixeira). Daqui resulta «a espantosa variedade da paisagem agrária da Madeira, que lembra tanto as 'plantações' das ilhas tropicais, como a exploração, meio agrícola, meio florestal, das montanhas mediterrâneas. Podem-se abarcar ao mesmo tempo aspectos

⁽¹⁴⁾ Nas ilhas açorianas onde a criação de gado graúdo reúne maiores efectivos (Terceira e São Miguel) assinala BRITO a existência de 52 200 e 39 600 cabeças, respectivamente (dados de 1940). No arquipélago de Cabo Verde, AMARAL regista, em Santiago, 4381 bovinos (1952) e RIBEIRO, no Fogo, 1675 (1950).

⁽¹⁵⁾ A sideração consiste no cultivo de uma leguminosa, geralmente o tremço, que alterna em regra com o milho, e que tem três funções essenciais: enterrada em verde ou simplesmente deixada a apodrecer sobre o terreno, estruma este; as suas compridas raízes mobilizam o solo; as mesmas fixam azoto, que o enriquece.

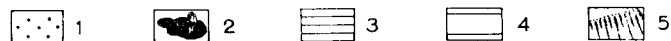
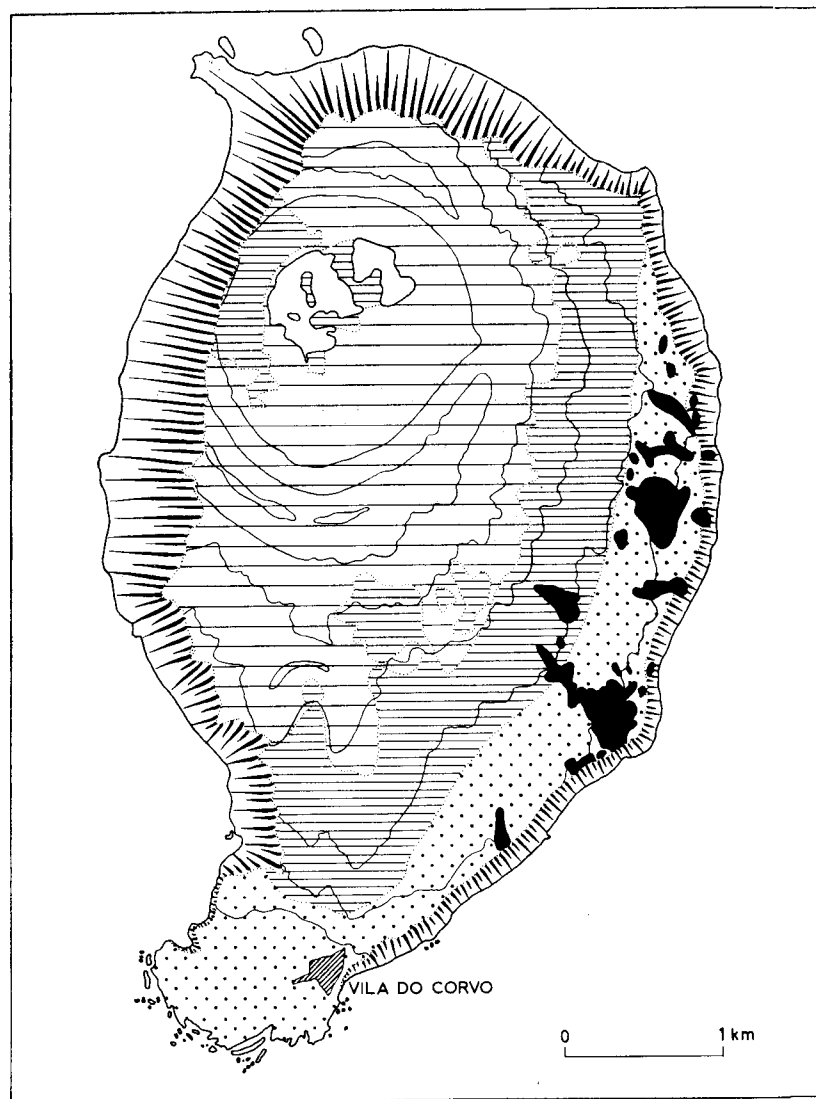


Fig. 3, A — A utilização do solo na ilha do Corvo (segundo C. A. MEDEIROS, 1967). 1 — Terras agrícolas; 2 — matas; 3 — prados espontâneos; 4 — incultos; 5 — arriba escarpada. Equidistância das curvas de nível: 100 m.

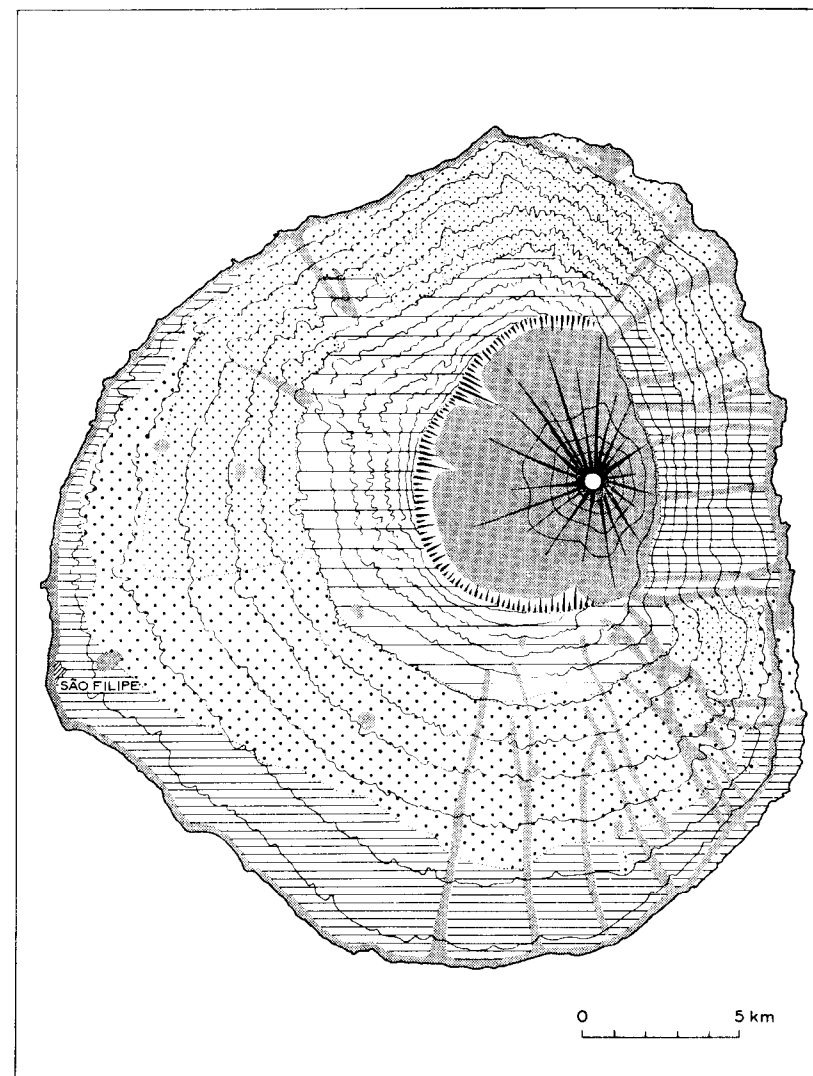


Fig. 3, B — A utilização do solo na ilha do Fogo (segundo A. J. DA SILVA TEIXEIRA e L. A. G. BARBOSA, 1958). Culturas de sequeiro: 1 — semiárido; 2 — sub-húmido; 3 — húmido. Pastos: 4 — baixos; 5 — altos. 6 — Afloramentos rochosos. Equidistância das curvas de nível: 200 m.

que estão, geralmente, separados por vários graus de latitude» (RIBEIRO, 1949, p. 65).

Propositadamente, não incluí até esta altura referência alguma às ilhas de São Tomé e Príncipe, onde o problema se esboça de modo completamente diferente e exige, por isto, um tratamento também diferente. Nos três arquipélagos já referidos são fundamentalmente condições físicas que estão na base do arranjo da paisagem: condições climáticas, que permitem compreender as diferenças entre eles; condições

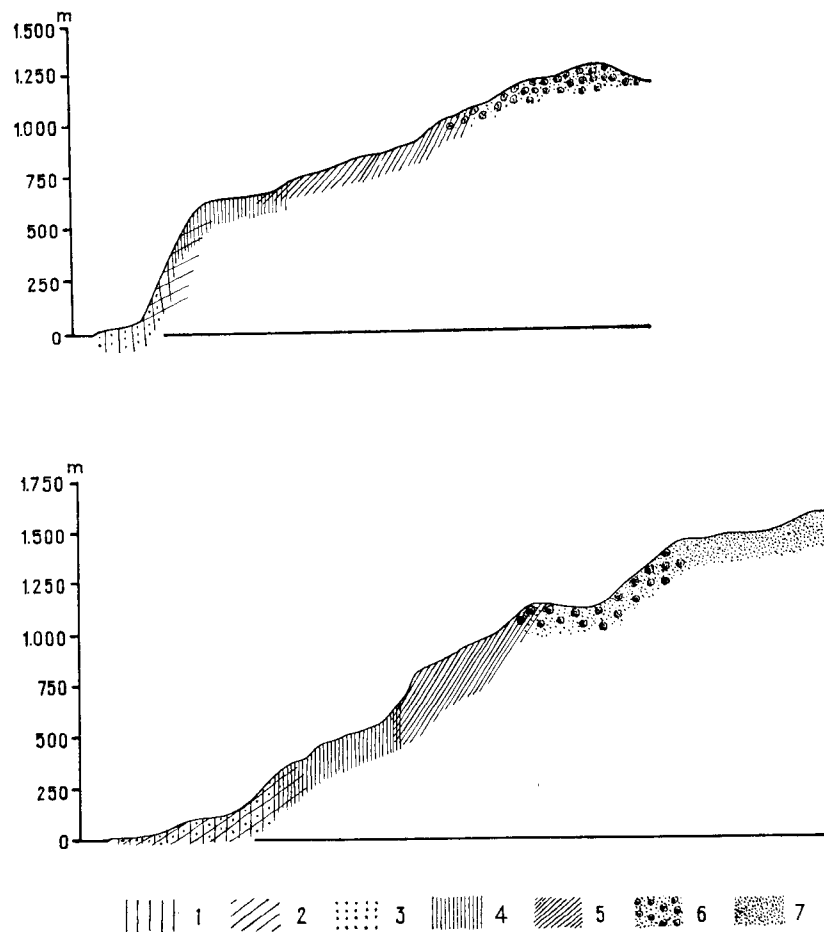


Fig. 4 — Andares de cultura na ilha da Madeira, costa sul. Em cima, a ocidente (Paul do Mar); em baixo, a leste (Funchal). (Segundo O. RIBEIRO, 1949). 1 — Cana-de-açúcar; 2 — vinha; 3 — bananeira; 4 — culturas alimentares; 5 — pinhais; 6 — mato degradado e florestas; 7 — prados altos.

morfológicas que, dentro da conjuntura climática de cada um, assumem o papel essencial. Pelo contrário, em São Tomé e Príncipe teremos de apelar largamente para aspectos sociológicos. A ilha de São Tomé, por exemplo, nos começos do século passado jazia numa grande estagnação econômica, que durava já duas centúrias. Culturas de rendimento com colocação assegurada (cacau, café, oleaginosas, principalmente o primeiro) vieram provocar simultaneamente o renascimento econômico e um novo arranjo dos elementos da sociedade. Constituem-se grandes propriedades (*roças*), que ficam nas mãos de capitalistas brancos; além destes, «o grupo europeu, pouco numeroso», inclui também «indivíduos que ocupam os altos postos da burocracia». Para as *roças* são chamados «serviçais, população flutuante que de Angola, Moçambique e até de Cabo Verde ali vai trabalhar por período limitado de anos». O grupo sociológico mais numeroso é o dos «nativos ou crioulos (também chamados 'filhos da terra')», constituído pelos «descendentes das velhas famílias anteriores ao advento do surto capitalista», a que se juntam os antigos escravos da ilha, apressadamente libertos sem se encarar o problema da sua integração social, julgando-se talvez que se prestassem a manter a sua antiga situação, embora com rótulo novo (TENREIRO, 1956, p. 13).

Tomando em conta esta estrutura social, quem olhar, mesmo superficialmente, o magnífico mapa da ilha a 1:25 000 notará que são os contrastes dela que se reflectem nos da geografia humana. O povoamento disperso e as culturas de subsistência ocupam, em torno da cidade, uma área relativa aos «filhos da terra». A maior parte do resto da ilha está organizada para a obtenção dos produtos de rendimento referidos, correspondendo a cada *roça* uma unidade pequena de povoamento concentrado (fig. 5). Temos de considerar aqui também um condicionamento físico: o clima, se não determinou a orientação econômica da ilha, ao menos tornou-a possível; a área nativa de povoamento disperso e culturas de subsistência corresponde afinal a uma unidade morfológica, a ampla plataforma de nordeste, em cujo litoral se instalou a cidade. Mas o que mais interessa neste caso, parece-me, é o condicionamento humano, tão diferente do dos outros arquipélagos, e que justifica inteiramente que se adopte uma perspectiva nova no estudo da ilha; por isso, não terá sido tanto a influência de BALANDIER, como o próprio assunto em si, o responsável pelo «alargamento sociológico» que o belo livro de TENREIRO contém (1961, p. 10).

AS ANALOGIAS

Para além de toda esta diversidade que se procurou definir nalguns dos seus aspectos mais característicos, avultam também determinadas analogias: umas provenientes do substrato comum de civilização, outras relacionadas com a natureza insular destas terras, responsável, segundo me parece, por determinados rumos paralelos que tomou a sua evolução humana.

O facto de ter sido uma civilização fundamentalmente rural a que ocupou as ilhas levou a outro resultado, que constitui também uma analogia entre elas: a escassa importância da vida marítima. Isto não é uma regra geral, mas trata-se sem dúvida de uma tendência inegável, que vamos encontrar por toda a parte — afinal regra no único sentido possível em Geografia humana. Sobre os Açores pôde FERREIRA escrever: «apesar da sua condição insular, aqueles nove pedaços de terra, de superfície desigual mas sempre reduzida, estão profundamente penetrados pela vida rural, que constitui o modo de actividade dominante da gente que os habita, enquanto o mar imenso que os rodeia não exerceu grande atracção sobre as populações» (1968, p. 171). Na Madeira, a percentagem de população dedicada à pesca é diminuta (pouco mais de 1 p. 100 dos activos), embora se trate de gente muito diferenciada e que no conjunto é bem significativa; o mesmo se diga de São Tomé, onde os pescadores constituem um grupo étnico distinto (Angolares).

Só em certos casos extremos, praticamente determinados por condições naturais demasiado adversas, os homens se viram mais para o mar e os seus recursos. A ilha açoriana onde a pesca está mais desenvolvida é sem dúvida a do Pico, cuja área agrícola está reduzida pelos produtos de erupções recentes. Em Cabo Verde têm vida marítima mais intensa as ilhas mais áridas (Maio, Sal, Boavista e São Vicente) e ainda a de Brava, onde os afloramentos rochosos cobrem vastas áreas. De resto, atendendo às condições climáticas já referidas, não admira que, dos quatro, seja o arquipélago de Cabo Verde o que mais se afasta da regra assinalada. Contudo, será preciso cuidado para não cairmos por esta via em interpretações extremistas. O Porto Santo é uma ilha onde secas acentuadas prenunciam já o que se passa com muito maior gravidade em Cabo Verde. No entanto, os seus habitantes pescam pouco, não são afoitos e raras vezes se afastam demasiado da sua ilha: «... estes pescadores não são irresistivelmente atraídos pelo mar, nem a ele dedicam suas vidas inteiras [...]. Sabe-se também que remam rapidamente para terra logo que se vêem afastados dela. Não querem nunca perder de vista o fumo da chaminé da sua casa!» (MONTEIRO, 1948, pp. 31-32).

Só muito recentemente, nos Açores, uma actividade marítima está ganhando importância, que nalgumas ilhas (Flores, Corvo, Graciosa) se tem revelado considerável: a apanha de algas, matéria-prima para a obtenção de ágar-ágar, de que foi montada uma fábrica em São Miguel, no ano de 1958. Por outro lado, no mesmo arquipélago é levada a cabo a chamada «pesca da baleia»⁽¹⁶⁾, muito antiga no mar dos Açores, que, pela sua raridade e o seu risco, se pode considerar algo significativa. No conjunto, porém, ocupa pouca gente e apanham-se apenas umas quantas centenas de animais por ano; como

⁽¹⁶⁾ A espécie apanhada não é a baleia, mas sim o cachalote, mais pequeno, com dentes e também pertencente à ordem dos cetáceos.

seria de esperar, a ilha onde é mais importante esta actividade é a do Pico.

Parece, portanto, que no aspecto da vida marítima primaram características de civilização sobre a natureza insular. Esta, porém, manifesta-se numa característica que não é comum a todas as ilhas, mas que está presente em todos os conjuntos delas. Pedacos de terra isolados no meio do oceano terão sido concebidos em conjunto como portos de escala importantes no quadro das navegações da expansão portuguesa. Em boa parte por via deste imperativo, foi preferida, como vimos, a ilha de São Tomé à de Fernando Pó. Também o povoamento tardio das duas ilhas mais ocidentais dos Açores, já no século XVI, ter-se-á relacionado com a possibilidade de elas virem a servir de pontos de apoio para a tentativa de reconhecimento de terras mais a oeste (MEDEIROS, 1967, pp. 81-86).

As principais rotas seguidas pelos navios portugueses, que se encontravam já fixadas nas suas linhas essenciais em meados do século XVI, estão estudadas com pormenor por MAURO (1960, pp. 13-27). Este autor chama a atenção para o facto de que as costas dos continentes viradas para o Atlântico definem, na metade setentrional deste, uma linha ou eixo de orientação NE-SO. Ora, seguir esta orientação, que é também a dos ventos gerais no hemisfério norte, é «fazer cabotagem, do mesmo tipo das viagens no Mediterrâneo: ir de costa em costa, de ilha em ilha, de arquipélago em arquipélago, ficando os próprios portos continentais melhor ligados entre si por mar e formando como que tantas outras ilhas» (MAURO, 1960, p. 14). O estudo minucioso de roteiros e diários de bordo no período de 1570 a 1670 permite a MAURO evidenciar o papel essencial que nas rotas foi desempenhado pelos Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé (fig. 6).

Nos nossos dias, este papel de pontos de escala manteve-se nos três primeiros arquipélagos: lembre-se a função desempenhada pelos portos de Mindelo, em São Vicente; do Funchal, na Madeira; de Ponta Delgada, em São Miguel; lembrem-se ainda os aeroportos das ilhas de Santa Maria, Terceira e Sal. Mas, à medida que melhoram os meios de navegação, quer marítima, quer aérea, dispensam-se as escalas e vai declinando irremediavelmente esta função⁽¹⁷⁾. Um exemplo característico de tal declínio é-nos dado pelo aeroporto de Santa Maria, rapidamente construído em dez meses, a partir de Agosto de 1944; depois de um desenvolvimento vertiginoso e mesmo da constituição de autêntica aglomeração urbana relacionada com os serviços respectivos, está hoje em profunda decadência: os aviões que ligam a América e a Europa já não necessitam de se abastecer aqui e as casas daquela aglomeração estão, na maior parte, abandonadas.

Na história económica das ilhas, esta tendência para o declínio de certas bases aparentemente sólidas tem sido também uma constante, mais um ponto de analogia a considerar. A isto se quer certamente

⁽¹⁷⁾ Para explicar a decadência do porto do Mindelo teremos de considerar também a concorrência dos de Dacar (Senegal) e de Las Palmas (Canárias), melhor apetrechados.

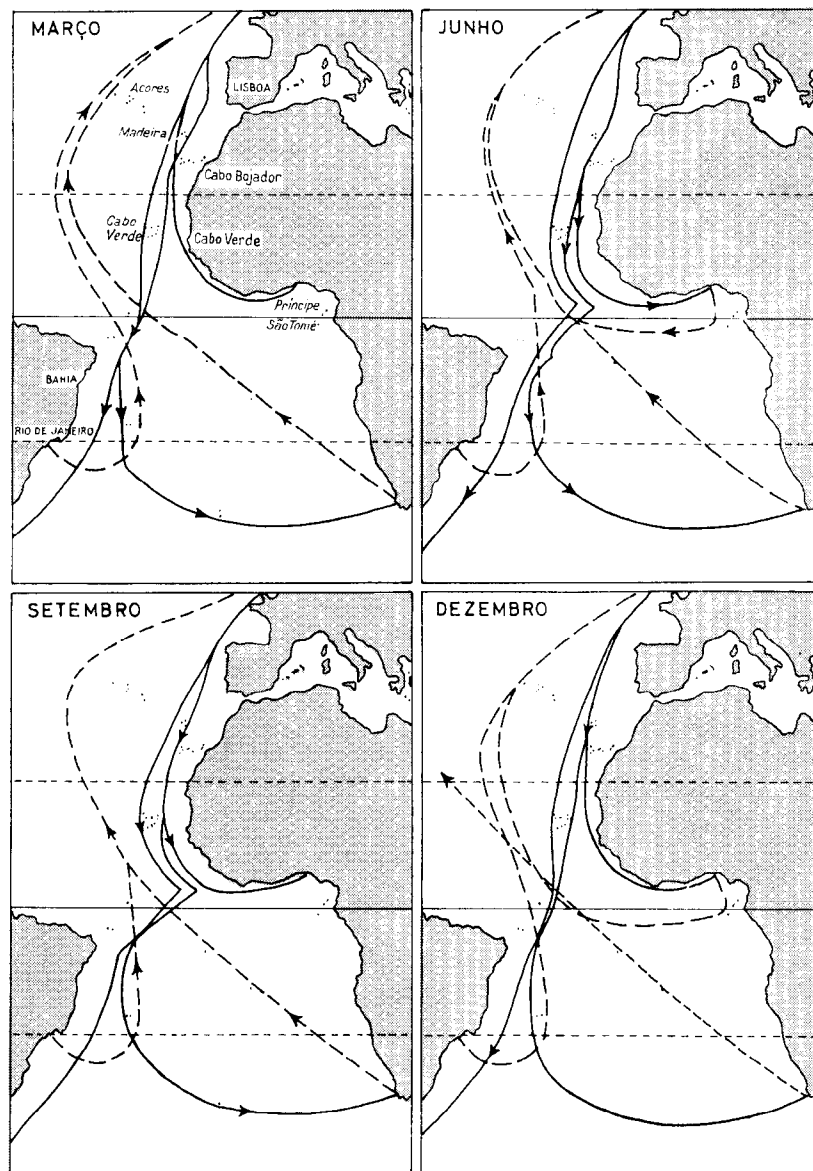


Fig. 6 — Rotas das caravelas portuguesas em 1570-1670 (segundo F. MAURO, 1960).

referir GOUROU, quando, acerca de São Tomé, recorda «uma história económica marcada por transformações consideráveis e brutais, onde nos é permitido ver uma característica marcante da geografia das ilhas» (1963, p. 360). E com razão escreveu MAURO (1960, p. 105) que «fases da emigração para os novos continentes, elas são também os laboratórios de ensaio das grandes culturas novas». Laboratórios que, passada a fase experimental, deixam de ter interesse quanto ao que produzem, deixam mesmo, em certa medida, de ter justificação. Foi assim que o comércio do açúcar da Madeira e de São Tomé ficou definitivamente arruinado, quando, depois da prévia *experiência* nas ilhas, se introduziu a cultura da cana no Brasil e este país começou a inundar o mercado comprador com grandes quantidades do produto. O mesmo aconteceu com o pastel de São Miguel. Valeu então à economia insular a inexistência de um verdadeiro regime de monocultura. Deste modo, na Madeira, ao predomínio do açúcar seguiu-se o do vinho, cuja produção se encetara logo nos primeiros tempos da colonização. Já em São Tomé, que se aproximava mais daquele regime, a decadência do açúcar teve consequências mais graves, conforme ficou referido atrás.

As ilhas foram ocupadas pelo homem como meios mais do que como fins em si próprias; e é este aspecto que confere também determinada tonalidade paradoxal aos móveis do povoamento, à qual, no começo deste escrito, foi feita já larga alusão. Vazias de gente, as ilhas foram povoadas com intuitos de proselitismo; nelas se procurou a obtenção de produtos que os incultos do próprio País poderiam fornecer, ou que, mais tarde, em mais vastos espaços, seria possível colher em quantidades maciças, sem a mínima hipótese de concorrência. Com tão estranhos móveis, a que resultados conduziria uma tal ocupação humana?

Os RESULTADOS

O paradoxo continua. Pois com base em solicitações aparentemente tão frágeis, os homens enraizaram-se com vigor e multiplicaram-se de tal maneira que isso trouxe como resultado a constituição de densidades bastante elevadas ⁽¹⁸⁾, que ascendem a 360 hab./km² na Madeira e a 223 hab./km² em São Miguel; além desta, mais quatro ilhas açorianas ultrapassam a centena de habitantes por quilómetro quadrado (Terceira, Graciosa, Santa Maria e Faial). Em São Tomé e Príncipe a densidade desce para 68 e em Cabo Verde para 50; neste arquipélago a Brava detém o máximo, com 135, e os números das duas ilhas maiores, Santiago e Santo Antão, são, respectivamente, 90 e 44; mas é preciso tomar em conta a escassez dos recursos de Cabo Verde e a má divisão dos de São Tomé e Príncipe ⁽¹⁹⁾. Como consequência

⁽¹⁸⁾ Os números são relativos a 1960.

⁽¹⁹⁾ TENREIRO fornece-nos os seguintes números, bem elucidativos. Segundo o censo de 1950, a população de São Tomé era de 51 793 habitantes, contando-se 1074 europeus, 34 115 nativos e 16 604 serviais. As quantidades e valores das principais produções em 1955, relativos a grande e pequena propriedade, foram respectivamente: cacau, 6 863 544 kg (112 319 906\$) e 53 737 kg (1 059 156\$); café, 356 485 kg (7 833 134\$) e 187 kg (6 528\$); oleaginosas, 7940059 kg (39 259 835\$)

destes valores elevados, a emigração é uma característica muito importante da geografia da população destas ilhas, só não se registando em São Tomé e Príncipe.

RIBEIRO afirma que a Madeira é uma ilha superpovoada (1949, p. 139); BRITO diz o mesmo de São Miguel (1955, p. 169). Este último juízo, como nota muito bem GOUROU, é relativo apenas às condições actuais; só poderemos dar uma resposta definitiva «quando o regime de propriedade tiver sido melhorado, quando as técnicas agrícolas forem mais produtivas (estrumeação, selecção), quando forem desenvolvidas actividades mistas (associação da agricultura, criação de gado e pequenas indústrias), quando a economia da ilha tiver sido diversificada (o que não é químico, pelo menos até certo nível). O programa está suficientemente preenchido para afastar o desespero» (1958-b, p. 370).

Contudo, é o mesmo GOUROU que emite opiniões bastante severas em relação a Cabo Verde. Refere-se a «esse erro da colonização, essa surpreendente empresa de miséria que foi o povoamento do Fogo» (1958-a, p. 24); quanto a Santiago, embora em termos menos pessimistas, exprime também a sua estranheza pelo excessivo valor da densidade populacional (1968). O mesmo faz DAVEAU, num trabalho (1966) em que, além de se debruçar sobre Cabo Verde, tenta também estabelecer comparações com os territórios fronteirios da África Ocidental: «A vida económica dá assim uma impressão de miséria, de estagnação e mesmo de decadência, que parece ligada em parte ao surperpovoamento. Na África Ocidental, de longa estação seca, são muitas vezes as regiões subpovoadas que parecem mais miseráveis, enquanto as áreas cuja população cresce conhecem, em geral, um desenvolvimento económico que se marca mesmo no plano agrícola. A região da península de Cabo Verde constitui um exemplo típico. Pelo contrário, o superpovoamento das ilhas parece ter atingido e ultrapassado qualquer limite que permita ainda encontrar no próprio local os meios de assegurar um nível de vida decente à população» (P. 95).

Estas opiniões têm plena razão de ser. De facto, não há dúvida de que as condições em Cabo Verde são particularmente difíceis. Estas ilhas estão largamente voltadas para a vida rural (mais de 70 p. 100 dos habitantes vivem da agricultura) e, por via disto, dependentes das escassas chuvas, concentradas entre Agosto e Novembro. Ora estas chuvas são provocadas pela passagem da CIT (convergência intertropical), que arrasta consigo uma massa de ar muito pluviogénica⁽²⁰⁾. Como o arquipélago está numa situação extrema relativamente à migração da CIT ao longo do ano, por vezes ela não chega às ilhas e, quando

e 111 914 kg (390 319). Deve esclarecer-se que a pequena propriedade corresponde aproximadamente à dos nativos, que ficam assim em situação de marginalidade económica. E também de marginalidade sociológica: numa amostragem de 22 996 pessoas verificou-se que em situações de mando estavam 23 p. 100 dos europeus e 2,5 p. 100 dos nativos (cerca de 28 vezes mais numerosos naquele número); em situações de dependência estavam 1,2 p. 100 dos europeus e 45 p. 100 dos nativos.

⁽²⁰⁾ Contudo, segundo DAVEAU, «a origem das chuvas parece complexa e sem dúvida ainda bastante mal compreendida. Elas parecem em boa parte de origem orográfica e parecem também poder produzir-se tanto no seio do vento geral de nordeste quando este é suficientemente espesso e húmido, como no seio da «monção» de sudoeste, quando esta atinge as ilhas. Continua de pé,

isto acontece, chove muito pouco e sobrevêm crises terríveis que lançam a miséria e, até há pouco tempo ainda, a morte entre as populações (em 1959-1960, pela primeira vez uma destas crises foi eficazmente combatida por medidas adoptadas pelas autoridades).

Este é um aspecto de ordem física, contra o qual nada se poderá tentar. Mas, apesar de tudo, há ainda um conjunto de possibilidades de actuação, para fazer assentar em bases mais sólidas a economia cabo-verdiana e às quais RIBEIRO e AMARAL se referiram nas suas monografias (respectivamente, 1954, pp. 208-215, e 1964, pp. 362-368). Entre os condicionamentos humanos, contra os quais já é possível lutar, refira-se a escassa divisão da propriedade (constituem excepções Brava e o Fogo) aliada a um deficiente sistema de exploração da terra⁽²¹⁾. Estes aspectos agravam-se precisamente nas ilhas de agricultura mais rica, Santiago e Santo Antão. E isto parece constituir outro destino inevitável das ilhas portuguesas do Atlântico. A mais rica de todas, São Tomé, é também aquela que conserva à margem, social e economicamente, o maior e mais significativo contingente da sua população. Nos Açores, «RAQUEL SOEIRO DE BRITO mostrou, no seu estudo de São Miguel, como a ilha mais rica, pela variedade, quantidade e valor da produção rural, é a que possui mais fortes contrastes sociais, desde umas quantas famílias que têm na mão os comandos de toda a economia, até camponeses sem terra, obrigados a licitar uns campinhos onde semear o milho e a batata para comer, ou a emigrar, sendo desta ilha os únicos Açorianos a quem, pela muita pobreza, se acha vedado o caminho da América e se vêem obrigados a angariar trabalho em outras» (RIBEIRO, 1962, pp. 171-172).

Há assim toda uma série de aspectos a que teremos de atender antes de emitirmos um juízo de valor definitivo sobre os resultados da ocupação humana das ilhas portuguesas do Atlântico. Além dos ajustamentos sociais que são de desejar em vista do que ficou dito acima, elas têm diversas possibilidades ainda não completamente exploradas: a vida marítima em todas, o turismo, que só na Madeira está desenvolvido, a indústria, só importante e variada em São Miguel, os produtos ricos cuja obtenção poderá ser incrementada e aperfeiçoada (caso, por exemplo, da pecuária nos Açores).

Queria terminar este escrito com mais uma citação de GOUROU, as palavras finais do artigo que abriu esta revista («Pour une Géogra-

contudo, o facto de todas as ilhas apresentarem uma forte dissimetria climática: a vertente exposta a nordeste é mais húmida do que a outra, não só porque é batida quase constantemente pelos ventos marinhos, mas porque recebe também muito mais chuva, o que parece indicar um papel fundamental do vento geral como originador de chuvas» (1966, p. 89).

⁽²¹⁾ Domina a exploração por arrendamento e parceria, fazendo-se os pagamentos ao ano e em época fixa. «De nada serve ao rendeiro e parceiro aperfeiçoar e valorizar o seu respectivo trabalho. Pouco lhes aproveitará. Se melhorassem as suas culturas, correriam o risco, como rendeiros, de lhes aumentarem as rendas, como parceiros, de o benefício ser desproporcionado ao acréscimo de trabalho. Assim, só pensam em arrancar do solo, com o mínimo de esforço, o indispensável, fogem de tomar terras de arrendamento e preferem vadear ou emigrar para outras províncias portuguesas ou para o estrangeiro, onde esperam que o seu trabalho venha a ter uma compensação mais justa.» (TEIXEIRA e BARBOSA, 1958, p. 40.)

phie Humaine», *Finisterra*, vol. I, pp. 10-32): «... os homens muitas vezes têm feito mau uso do seu poder: isso resulta menos de erros na utilização das condições físicas do que da fragilidade das técnicas de domínio territorial: os erros no tratamento das condições físicas são, pois, de menos importância do que os que foram e são cometidos na organização das relações entre os homens. Isto permite uma sorte de optimismo.»

CARLOS ALBERTO MEDEIROS

BIBLIOGRAFIA

Indicam-se abaixo os principais trabalhos de «geografia insular» produzidos pela escola geográfica de Lisboa; recensões a eles relativas; e ainda as outras obras sobre o assunto citadas no texto:

- 1964 — AMARAL (ILÍDIO DO) — *Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens*, Lisboa.
- 1955 — BRITO (RAQUEL SOEIRO DE) — *A Ilha de São Miguel. Estudo Geográfico*, Lisboa.
- 1967 — BRITO (RAQUEL SOEIRO DE) — «A Ilha do Príncipe», *Geographica*, n.º 10, pp. 3-19, Lisboa.
- 1962 — DAVEAU (SUZANNE) — «L'île de São Tomé. Les Modes de Vie d'une Société Complexe», *Les Cahiers d'Outre-Mer*, n.º 57, pp. 92-95, Bordeaux.
- 1963 — DAVEAU (SUZANNE) — «Géographie de l'Expansion Portugaise», *Idem*, n.º 63, pp. 313-318, Bordeaux.
- 1966 — DAVEAU (SUZANNE) — «Travaux Récents Concernant les îles du Cap-Vert», *Revue de Géographie de l'Afrique Occidentale*, n.º 3, pp. 83-96, Dakar.
- 1953 — DIAS (JORGE) — «Nótulas de Etnografia Madeirense — Contribuição para o Estudo das Origens Étnico-Culturais da População da Ilha da Madeira», separata de *Biblos*, Coimbra.
- 1968 — FERREIRA (ANTÓNIO DE BRUM) — *A Ilha Graciosa*, Lisboa.
- 1959 — GODINHO (VITORINO DE MAGALHÃES) — «Le Problème du Pain dans l'Économie Portugaise (XV^e-XVI^e siècles). Blé d'Europe et Blé des Îles», *Revista de Economia*, vol. XII, pp. 87-113, Lisboa.
- 1962 — GODINHO (VITORINO DE MAGALHÃES) — *A Economia dos Descobrimientos Henriquinos*, Lisboa.
- 1958-a — GOUROU (PIERRE) — «Fogo ou une Géographie de la Pauvreté», *Les Cahiers d'Outre-Mer*, n.º 41, pp. 9-24, Bordeaux.
- 1958-b — GOUROU (PIERRE) — «São Miguel des Açores», *Annales de Géographie*, n.º 362, pp. 367-370, Paris.
- 1963 — GOUROU (PIERRE) — «Une île Equatoriale: São Tomé», *Idem*, n.º 391, pp. 360-364, Paris.
- 1968 — GOUROU (PIERRE) — «Santiago de Cabo Verde. La Terre et les Hommes», *Idem*, n.º 419, pp. 106-110, Paris.

- 1949 — LAUTENSACH (HERMANN) — «Madeira», *Erdkunde*, b. III, pp. 212-229, Bonn.
- 1949 — LEFÈVRE (MARGUERITTE) — «Madère. Un Milieu Géographique Jeune», *Bulletin de la Société Belge d'Études Géographiques*, vol. XVIII, pp. 57-78, Louvain.
- 1955 — MAURO (FREDERIC) — «Sur l'Introduction du Maïs aux Açores», *Revista de Economia*, vol. VIII, pp. 61-62, Lisboa.
- 1960 — MAURO (FREDERIC) — *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e Siècle. 1570-1670. Étude Économique*, Paris.
- 1967 — MEDEIROS (CARLOS ALBERTO) — *A Ilha do Corvo*, Lisboa.
- 1947-50 — MONTEIRO (MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA) — «Porto Santo — Monografia Linguística, Etnográfica e Folclórica», *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. I-III, pp. 340-390, 28-92 e 90-151, Coimbra.
- 1959 — NEVES (EDUÍNO MOTA SOARES) — *A Ilha de Santa Maria. Contributo para um Estudo de Geografia* (exemplar policopiado), Coimbra.
- 1951 — PAPY (LOUIS) — «L'île de Madère d'après O. Ribeiro», *Les Cahiers d'Outre-Mer*, n.º 14, pp. 170-177, Bordeaux.
- 1949 — RIBEIRO (ORLANDO) — *L'île de Madère. Étude Géographique*, Lisboa.
- 1954 — RIBEIRO (ORLANDO) — *A Ilha do Fogo e as Suas Erupções*. Lisboa (2.^a edição em 1960).
- 1962 — RIBEIRO (ORLANDO) — *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa.
- 1958 — TEIXEIRA (ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA) e BARBOSA (LUÍS AUGUSTO GRANDVAUX) — *A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde. Cartas Agrícolas. Problemas Agrários*, Lisboa.
- 1956 — TENREIRO (FRANCISCO) — *Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: Esquema de Uma Evolução Conjunta*, Praia.
- 1961 — TENREIRO (FRANCISCO) — *A Ilha de São Tomé. Estudo Geográfico*, Lisboa.
- 1954 — VERLINDEN (CHARLES) — *Précédents Médiévaux de la Colonie en Amérique*, Mexico.
- 1960 — VERLINDEN (CHARLES) — «Formes Féodales et Dominales de la Colonisation Portugaise dans la Zone Atlantique aux XIV^e et XV^e Siècles et Spécialement sous Henri le Navigateur», *Revista Portuguesa de História*, t. IX, pp. 1-44, Coimbra.